


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000443-82.2010.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Danilo Fernando Thomaz**
 Requerido: **Dorival Ulbrik**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória movida por **DANILO FERNANDO THOMAZ** em face de **DORIVAL ULBRICK** alegando que em 26 de julho de 2009 foi agredido fisicamente pelo réu, sofrendo lesões no tórax, pescoço, braço e mãos, resultando em incapacidade e debilidade de função da mão esquerda. Requer pensão mensal vitalícia até que complete 70 anos e indenização em valor equivalente a 500 salários mínimos pelos danos morais suportados. Pediu, ainda, a condenação do réu à constituição de capital e pagamento de despesas com medicamentos, exames, consultas e eventuais cirurgias. Com a petição inicial vieram os documentos de fls. 07/41.

Contestação às fls. 52/57 alegando inoccorrência de violação de direito material, moral ou estético. Arguiu a inépcia da inicial. Alegou inexistência de prova da incapacidade laborativa e que o autor não trabalhava na época dos fatos, de modo que não é devida indenização com base na expectativa de renda. Alternativamente, requer que a obrigação fique restrita até os 65 anos de idade. Quanto aos demais danos materiais alega inexistência de provas, ao passo que a respeito dos danos morais não admite culpa de sua parte, pois o autor teria interferido no conflito que ocorria entre o requerido e a genitora do requerente. Juntou os documentos de fls. 58/59.

Réplica às fls. 63/64.

Decisão saneadora às fls. 66.

Especificaram provas às fls. 68 e 70.

Audiência de instrução a fl. 85, oportunidade na qual as partes não produziram prova testemunhal e o processo foi suspenso.

Manifestação do autor às fls. 92 pelo julgamento.

Sentença às fls. 94/104, julgando procedentes os pedidos.

Houve apelação (fl. 109/113) cujo acórdão anulou a sentença proferida (fls. 127/131).

Declarada a preclusão da prova pericial, encerrou-se a instrução processual (fl. 155).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Alegações finais às fls. 158 e verso e 161/163.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Afasta-se a preliminar suscitada, na medida em que a petição inicial atende minimamente aos requisitos do artigo 282 do Código de Processo Civil e a narração dos fatos possibilitou a ampla defesa.

Os pedidos procedem em parte.

Da leitura da contestação é possível extrair o seguinte fato incontroverso: o réu agrediu fisicamente o autor e a mãe dele.

Ainda, pelas lesões, o réu foi condenado no Juízo Criminal (fls. 78/82), determinando a aplicação do artigo 935 do Código Civil.

A prova produzida é insuficiente, na medida em que não há nos autos elementos que demonstrem a extensão das lesões, tampouco que elas incapacitaram o autor para o exercício de atividade remunerada de maneira permanente (fl. 24).

Ainda, oportunizada a produção de prova pericial, o autor não compareceu ao exame.

No que tange às despesas médicas, observa-se que o autor foi atendido pelo Sistema Único de Saúde (fls. 15/16) e não comprovou gastos com medicamentos (CC, art. 942) ou a necessidade de outras intervenções cirúrgicas.

Verifica-se, em consequência, que o autor não se desincumbiu do ônus que lhe compete, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, de provar o fato constitutivo de seu direito, mostrando-se de rigor a improcedência dos pedidos referentes aos danos materiais e constituição de pensão.

De outro lado, a sentença penal condenatória torna certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

O dano moral está caracterizado pela ofensa à integridade física do autor e independe da produção de provas, porquanto decorre diretamente da conduta ilícita praticada.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Considerando a sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

Nesse sentido, é razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição do autor, a capacidade do réu e o dano, em montante equivalente a R\$ 6.000,00.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido: “*DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa*”. (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, a importância de R\$ 6.000,00, atualizada desde o ajuizamento e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso. Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos de indenização por danos materiais e de pensionamento. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seus advogados. Sem condenação em custas e despesas processuais, na medida em que às partes foram concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Honorários pelo Convênio em 100%. Expeça-se certidão.

Aguarde-se por seis meses o início da fase de cumprimento de sentença. Sem impulso, arquivem-se os autos (CPC, art. 475-J, §5º).

P.R.I.

Ibaté, 07 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**